



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 256ª REUNIÃO DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: PRESENCIAL. Rua Esteves Junior, 160. 8º andar

DATA: 20 de julho de 2021

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

SES: Alexandre Lencina Fagundes (Secretário Adjunto de Estado da Saúde), Eduardo Macário (SUVIS); Diogo Bahia Losso (SUE), Ramon Tartari (SUR), João Augusto Brancher Fuck (DIVE), Grace Ella Berenhauser (GECO), Helma Finta Uba (GEPRO), Carmem Regina Delziovo (SPS).

COSEMS: Daisson Trevisol (SMS de Tubarão e Presidente do Cosems), Carlos Alberto Justo (SMS de Florianópolis), Claiton Camargo de Souza (SMS de Lages), Jean Rodrigues (SMS de Joinville), Edson Luiz Medeiros (Fraiburgo), Sinara Regina Landt (São José), Luiz Carlos Balzan (Chapecó), Leila Suzete Zimmermann (Balneário Camboriú), Acélio Casagrande (Criciúma).

Participaram online: Mauro Barella (São João do Oeste).

Convidado: Promotor Douglas Martins (Ministério Público (participou virtual)).

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovadas as Atas da CIB 255 de 01 de julho de 2021..

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 256ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite foi coordenada pelo Coordenador da CIB/COSEMS Daisson Trevisol.

1 **DELIBERAÇÕES**

2

3 **A) MINUTA COFINANCIAMENTO (CONTRAPARTIDA ESTADUAL) DA APS/NASF.**

4 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, informa que houve consenso na
5 reunião prévia da CIB, por parte dos municípios, quanto a Minuta e o número de
6 parcelas. Carmem Delziovo, Superintendente de Planejamento da SES,
7 esclarece que o pagamento da contrapartida estadual será repassado em 09
8 parcelas, a partir da competência julho de 2021. Alexandre Lencina Fagundes,
9 Coordenador da CIB/SES, refere que a SES tentou ajustar o orçamento
10 financeiro para cumprir com as demandas do Cosems. Ficou consensuada esta
11 Deliberação.

12

13 **B) NÚCLEO HOSPITALAR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**

14 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, coloca a proposta da SES para
15 habilitação da Maternidade Catarina Kuss de Mafra, como Núcleo Hospitalar de
16 Vigilância Epidemiológica na Rede Nacional. Jean Rodrigues, Secretário



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

17 Municipal de Saúde de Joinville, lembra que agora terão três núcleos na Região
18 Norte e Nordeste, aliviando para a Maternidade Darcy Vargas. Ficou
19 consensuada a habilitação da Maternidade Catarina Kuss.

20

21 **C) HABILITAÇÃO EM ALTA COMPLEXIDADE EM REFERÊNCIA PARA GESTANTE DE ALTO**
22 **RISCO TIPO II NO HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ DE JARAGUÁ DO SUL:**
23 **ALTERAÇÃO.**

24 A CIB APROVOU a alteração do credenciamento/habilitação Referência em Alta
25 Complexidade Hospitalar em Gestante de Alto Risco Tipo I para Referência em
26 Alta Complexidade Hospitalar em Gestante de Alto Risco Tipo II para o Hospital
27 e Maternidade Jaraguá, localizado no município de Jaraguá do Sul/SC. Esta
28 habilitação segue as exigências da portaria GM/MS nº 1020 de 29 de maio de
29 2013 e normas da SES, ficando condicionado o incremento de recurso financeiro
30 no Teto Livre do Estado por conta do Ministério da Saúde.

31

32 **D) AMBULATÓRIO DE ATENDIMENTO TRANSSEXUALIZADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**
33 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, coloca que foi discutida na
34 reunião prévia sobre a habilitação desse ambulatório, sendo que é um
35 atendimento especializado para essa população, como também a terapia
36 hormonal. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de Florianópolis, informa
37 que Florianópolis possui esse ambulatório na Rede Municipal. Carmem Delzivo
38 cita que como Estado, também é necessário discutir essa pauta e parabeniza os
39 dois municípios.

40

41 **E) PAR DA REDE DE ATENÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ELENCAR**
42 **PRIORIDADES NO ESTADO (SOLICITADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE)**

43 Daisson Trevisol refere que esse assunto foi discutido na reunião prévia da CIB.
44 Esclarece que o MS devolveu a planilha da SES encaminhada para o MS com a
45 atualização do PAR da Rede de Deficiências. O MS devolveu a planilha,
46 solicitando que a SES priorizasse pelo Estado e não por Macrorregião em
47 função dos recursos disponíveis. Jean Rodrigues, Secretário Municipal de
48 Joinville, lembra que são recursos para construção, reformas e equipamentos.
49 Como existem municípios que já desenvolvem atividades pertinentes. Daisson
50 Trevisol cita que é importante que o serviço esteja vinculado a alguma
51 universidade, já implantado, com relação aos Centros de Reabilitação que
52 podem ser tipo II, III e IV. Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da
53 SES, coloca que foi atualizado o Par da Rede de Deficiências, priorizado por
54 Região e encaminhado ao MS em dezembro de 2020. Solicita que elabore uma
55 única fila de priorização. Cita que deve ser colocado no topo das prioridades a
56 estruturação dos CERs. Na seqüência, aquisição de equipamentos e ampliação
57 de serviços. Ramon Tartari reforça que o foco de prioridade deva ser o Meio
58 Oeste e o Grande Oeste que não dispõe de Centros de Reabilitação
59 estruturados. Em terceiro lugar, seria o Município de Tubarão. André Lencina
60 Fagundes, Coordenador da CIB/SES, cita que isso vem ao encontro do Sistema
61 de Saúde que cobriria todo o Estado, não sendo necessário que o usuário
62 atravessasse todo o Estado para ser atendido. Refere ainda que deva ser vista a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

63 implantação e a estruturação desses serviços, como também, o financiamento.
64 Ficou consensuada a priorização dos serviços a serem devolvidos ao MS.

65

66 **F) PROTOCOLOS DE ACESSO AMBULATORIAL LOTES IV E X: ATUALIZAÇÃO DOS**
67 **PROTOCOLOS EXISTENTES.**

68 Ramon Tartari informa que se trata de uma atualização desses protocolos, que
69 foram incluídas sugestões feitas pelo Cosems e consensuadas. Jean Rodrigues,
70 Secretário Municipal de Joinville, solicita ao Superintendente de Regulação da
71 SES, a contratualização dos hospitais da SES, que no Município de Joinville não
72 há contratos dos hospitais da SES com o Município. Carmem Delziovo cita que é
73 um compromisso da SES em realizar esses contratos dos serviços públicos. Que
74 a pauta era de 2019 para concluir os termos dos hospitais da SES, mas, em
75 função da pandemia, não foram concluídos. Alexandre Lencina cita que levará à
76 SUH essa pauta dos contratos dos hospitais da SES.

77

78 **G) RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 008/2021, PARA INCLUSÃO DE AIH PARA**
79 **PACIENTES ESPECIAIS, E A INCLUSÃO DE PRÊMIO NA CAMPANHA DE CIRURGIAS**
80 **ELETIVAS PARA A CIRURGIA ODONTOLÓGICA DE PACIENTES ESPECIAIS.**

81 Carmem Delziovo esclarece que essa pauta foi solicitada em função das
82 dificuldades de acesso nas cirurgias de odontologia de pacientes especiais,
83 feitas em hospitais com AIH. Foi feito um estudo e chegou-se a um valor para
84 pagamento de prêmio para essas cirurgias de pacientes especiais em
85 odontologia. Esse código constará no anexo da Deliberação 008/2021. Também
86 ficou aprovada a ampliação dos atendimentos eletivos de pacientes especiais
87 com AIH que eram realizados no nível ambulatorial, mas que necessitam de
88 sedação.

89

90 **H) ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA: JULHO A SETEMBRO DE 2020 E OUTUBRO**
91 **A DEZEMBRO DE 2020.**

92 Grace Ella Berenhauser, Gerente de Controle e Avaliação da SES, apresenta o
93 encontro de contas da oncologia dos 02 últimos trimestres de 2020. Grace refere
94 que no penúltimo trimestre houve um déficit e no último trimestre houve uma
95 sobra. Com uma parte da sobra do último trimestre foi compensado o déficit do
96 penúltimo trimestre. Essa compensação do penúltimo trimestre foi acordada com
97 o Cosems. Mesmo assim, há uma sobra de R\$ 1.590.712,20 que será utilizada
98 nos próximo encontro de contas, segundo Grace. Daisson Trevisol cita a Fala do
99 Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis da reunião prévia, em que sobra
100 recurso na oncologia enquanto há fila de espera. Solicita verificar essa sobra de
101 recurso em Chapecó citada na planilha. Sinara Simione, Secretária Municipal de
102 Saúde de São José, cita que há dificuldades de acesso em oncologia na Grande
103 Florianópolis. Isso chama atenção. Ramon Tartari, Superintendente de
104 Regulação da SES, informa que passou a vigorar o novo contrato aditivo com o
105 CEPON. Feito o Plano Operativo para os ajustes, alinhar o novo processo
106 contratual. Também foi colocado que as metas não fossem avaliadas em blocos,
107 mas cobradas individualmente, especialidade por especialidade. Foi aprovada o
108 encontro de contas. Jean Rodrigues, Secretário Municipal de Joinville, coloca



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

109 sobre o acesso às cirurgias oncológicas. Que é necessário ver o acesso no
110 bloco cirúrgico.

111

112 **I) PPI: SOLICITAÇÕES DE ALTERAÇÕES PELOS GESTORES E OUTRAS**

113 Grace Ella Berenhauser, Gerente de Controle e Avaliação da SES, cita que
114 chegaram algumas alterações após o encaminhamento da planilha para a CIB.
115 Solicita se poderá incluir essas solicitações já que há tempo para ser
116 encaminhada ao MS. Ficou consensuada a inclusão e a aprovação da planilha.

117

118 **J) TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES PARA DIAGNÓSTICO DE MORTE ENCEFÁLICA**

119 Ramon Tartari informa que os transportes de pacientes com morte encefálica
120 serão realizados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Santa
121 Catarina – SAMU 192 e/ou Serviço de Transporte Inter-hospitalar de Santa
122 Catarina – SC. Ramon Tartari cita que o objetivo é disciplinar esse transporte.
123 Os transportes de pacientes potenciais doadores de órgãos para realização de
124 exame complementar de diagnóstico de morte encefálica em clínicas
125 especializadas. As transferências inter-hospitalares de pacientes potenciais
126 doadores de órgãos em Morte Encefálica. A solicitação de transporte e/ou
127 transferência poderá ser realizada para a Central de Regulação das Urgências
128 do SAMU pelo número 192 ou Central Estadual de Regulação de Internações
129 Hospitalares – CERINTER pelo estabelecimento de saúde onde se encontra
130 internado o paciente. Nas solicitações de transferências de pacientes para
131 retirada de órgãos e transportes para realização de exames complementares de
132 diagnóstico de morte encefálica será considerada a ordem de prioridades de
133 atendimento do SAMU. O recurso de transporte/transferência utilizado será
134 aquele que a Central de Regulação acionada entenda como mais apropriado no
135 momento da solicitação. A partir do momento em que o Serviço de Transporte
136 Inter-hospitalar estiver implantado em todas as regiões do Estado, o fluxo de
137 acionamento se dará totalmente por meio da Central Estadual de Regulação
138 Inter-hospitalar - CERINTER, com autoridade sanitária para acionar as
139 ambulâncias do SC Inter-Hospitalar, do SAMU ou dispositivos aéreos. Ramon
140 Tartari refere que a inter-hospitalar está iniciando alguns trajetos. A Inter-
141 hospitalar fica dentro da SUR. A idéia é ter uma ambulância em cada região.
142 Tudo que se tratar de transferência inter-hospitalar passará pela CERINTER.
143 Onde não houver a inter-hospitalar, essa transferência deverá ser feita pelo
144 SAMU.

145

146 **L) REGULAÇÃO DAS VAGAS SUS NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.**

147 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, cita que esse
148 documento foi construído por várias áreas técnicas. Agradece muito ao Cosems
149 na pessoa do Cleilson por poder aprovar essa proposta de regulação do
150 acesso, já que implica em recurso financeiro para a SES. Ramon refere que o
151 grande objetivo é organizar o acesso das Comunidades Terapêuticas, sendo que
152 há um repasse mensal para essas Comunidades, por parte da SES, no valor de
153 R\$ 800.000,00/mês. Até o momento não há nenhum instrumento de controle por
154 parte da SES. O acolhimento dos usuários nessas comunidades é feito sem
155 nenhum critério. E o que se esta propondo é a regulação do acesso dos usuários



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

156 custeados pelos recursos da SES. Espera-se uma melhor qualificação do
157 atendimento nessas Comunidades. Acélio Casagrande, Secretário Municipal de
158 Saúde de Criciúma, cita a importância dessa regulação e sugere que essas
159 comunidades e municípios sejam orientados. Alexandre Lencina, Coordenador
160 da CIB/SES, menciona que há um grande ganho nas informações com a
161 regulação do acolhimento nessas comunidades. É importante que os municípios
162 tenham o conhecimento, pois há recurso SES e de municípios custeando essas
163 comunidades. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de Florianópolis,
164 acredita que o mesmo processo que ocorreu com as APAEs, ocorrerão com as
165 comunidades terapêuticas. Que o que eles oferecem o que eles querem e não o
166 que o SUS necessita. Que a SES/CIB não ceda à pressões que eventualmente
167 surgirem. É necessário resistir, não há como voltar atrás. Claiton Camargo,
168 Secretário Municipal de Lages, cita que há comunidades que recebem recurso
169 municipal e estadual. Foi consensuada a proposta de regulação do acolhimento
170 das comunidades terapêuticas.

171

172 **M) EMENDAS PARLAMENTARES: TRANSPORTE SANITÁRIO E OUTROS**

173 As Emendas Parlamentares recebidas na CIB, solicitadas pelos gestores, serão
174 deliberadas.

175

176 **HOMOLOGAÇÃO**

177 Deliberações ad referendum: Homologadas as Deliberações: 91/CIB/2021:
178 Atualização de leitos COVID. 103/CIB/2021: Atualização de leitos COVID;
179 Atualização de leitos COVID; 112/CIB/2021: Atualização de leitos COVID;
180 127/CIB/121: Ações de transplantes; 133/CIB/2021: Atualização de leitos
181 COVID.

182

183 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

184 **a) – Prestação de Contas da utilização do Recurso de R\$ 32.623.321,31.** A
185 Portaria Ministerial nº 3.896/21 alocada ao Teto da SES para custear ações de
186 combate a COVID no Estado (apresentar na reunião prévia da CIB).

187 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, informa que na reunião prévia
188 da CIB foi solicitada que essa pauta voltasse para ser apresentada na Câmara
189 Técnica de Gestão.

190

191 **b) – Manual do SAMU e Regimento Interno Institucional e Regimento do**
192 **Grupo Condutor da RUE** (Câmara Técnica será dia 19 de julho).

193 Esses itens foram retirados de pauta, pois não houve a reunião em 19 de julho.
194 Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, preocupa-
195 se com o SAMU. A Urgência e emergência não devem possuir uma autonomia
196 que determine políticas públicas. É inadmissível que os secretários de saúde
197 não saibam como o SAMU operacionaliza a busca ou não busca. Com relação
198 ao contrato do SAMU, deve haver respaldo para que as mudanças que
199 houverem por instâncias maiores como é o caso da CIB, seja respeitado. Cita
200 que o Brasil é o único lugar do mundo que possui 02 sistemas pré-hospitalares.
201 Agora já está sendo criado um terceiro, o inter-hospitalar. Refere que é favorável
202 as propostas do Manual e Regimento Interno, mas com autonomia restrita. O



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

203 Superintendente de Urgência e Emergência esclarece que o Regimento Interno
204 está sendo elaborado para normatizar a operacionalização da urgência e
205 emergência. Cita ainda, que nada será aprovado que não seja de consenso de
206 todos. Alexandre Lencina menciona que o Serviço de Urgência e Emergência
207 possui algumas dificuldades, mas a SES está trabalhando para a continuidade
208 desse serviço. Estão pensando na qualificação da gestão do processo,
209 sobretudo sobre a regulação.

210

211 **c) – Política Hospitalar Catarinense: Deliberações 054/2018; 074/2015 e**
212 **140/2017.**

213 Essas 03 portarias foram retiradas de pauta para serem discutidas dentro da
214 Política Hospitalar Catarinense por solicitação do Superintendente de regulação
215 da SES, Ramon Tartari. Alexandre Lencina refere que, com certeza, abordarão
216 nas discussões da PHC, essas portarias.

217

218 **d) – VACINAS CONTRA COVID-19.**

219 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, com relação às vacinas que
220 foram encaminhadas para as regiões de fronteiras, cita que discutiram a
221 importância na reunião prévia. A questão epidemiológica preocupa, pois, as
222 fronteiras não são somente as terrestres. Informa que na reunião prévia foi
223 consensuada essa remessa para as regiões de fronteiras, sendo que constam
224 10 municípios que fazem fronteira com a Argentina. Quanto a vacinação dos
225 bancários, ficou consensuado na reunião prévia que não criariam mais grupos
226 prioritários dentro da Campanha de Vacinação Covid-19, decisão já tomada na
227 reunião anterior da CIB. Se houver alguma mudança pelo MS, será realizada
228 reunião extraordinária da CIB. De 12 a 18 anos, o MS ainda não encaminhou
229 para a CIT sobre a vacinação. Com relação às gestantes, será levada à Câmara
230 Técnica para saber se poderão receber a segunda dose da vacina que não seja
231 a Aztrazeneca. Por fim, o Cosems sugere o encaminhamento de uma carta para
232 o CONASEMS e para o CONASS, sobre a quantidade de vacinas para Santa
233 Catarina, com a utilização de vacinas nos municípios de fronteiras. Carlos
234 Alberto Justo ressalta que SC está solicitando ao MS o que está sendo pactuado
235 aqui em SC. Que a ideia do MS em encaminhar 25.000 doses de vacinas para
236 os municípios de fronteiras, achar que está resolvida as questões
237 epidemiológicas. Que seja levada uma cobrança ao MS para compra de
238 antígeno para testes. Mauro Barella, Secretário Municipal de Saúde de São João
239 do Oeste, fala virtualmente. Cita sobre as áreas de fronteiras, que foram
240 colocadas com muita propriedade pelos representantes da CIB. As áreas de
241 fronteiras, é importante a cobrança, pois o Extremo Oeste vive essa situação
242 com as barreiras terrestres. Essas barreiras nem sempre funcionam. E há
243 preocupação com as variantes como foi citado pelo Secretário do Município de
244 Saúde de Florianópolis. Refere que a SES faz um trabalho elogiável com a
245 Campanha de Vacinação, juntamente com outros órgãos, Cosems, Ministério
246 Público. Eduardo Macário, Superintendente de Vigilância em Saúde da SES,
247 quanto à vacinação dos municípios de fronteiras, a Argentina já apresentou
248 variantes da COVID. Santa Catarina possui 10 municípios que fazem fronteiras
249 com a Argentina e esses municípios receberão mais doses para vacinar a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

250 população em geral. O registro deve ser feito no sistema de informação até 48h
251 após a vacinação. Alexandre Lencina, cita que é importante nesse momento o
252 entendimento sobre a remessa de vacinas para esses municípios de fronteiras e
253 sobre o registro da vacina. Com relação aos bancários, o entendimento é que
254 sejam realizadas por faixa etária com a população em geral. Eduardo Macário
255 informa que as vacinas para a população abaixo de 18 anos respeitará a
256 Deliberação da CIT/MS. Eduardo Macário espera concluir a vacinação com a 1ª
257 dose até 31 de agosto de 2021 para a população acima de 18 anos. Carlos
258 Alberto Justo sugere levar para discutir em Câmara Técnica as vacinas
259 aprovadas para a faixa etária dos 12 a 18 anos, para quando for iniciada essa
260 vacinação, já esteja programada e organizada pelos municípios. Eduardo
261 Macário, quanto á D2, há mais de 100.000 de registros em atraso, como
262 também, há pessoas que não retornaram para tomar a D2. Quanto a
263 distribuição das vacinas, excluindo as doses de fronteiras, serão realizadas
264 linearmente para os municípios. Daisson Trevisol agradece ao Eduardo
265 Macário por essa distribuição das vacinas. Cita que sabe o quanto é difícil
266 equalizar toda essa logística. Com relação às decisões, aos Decretos, cita que
267 os secretários de saúde ficaram bastante preocupados quanto a liberação dos
268 horários. Acreditam que a pandemia ainda está longe de acabar. Externa a
269 preocupação dos 295 municípios com o cenário epidemiológico local, do país.
270 Carlos Alberto Justo cita que é pertinente a preocupação do Coordenador da
271 CIB/Cosems, Daisson Trevisol, que as decisões sejam tomadas pela área da
272 saúde, com critérios técnicos. Se não for a área da saúde que decide, assumam
273 as responsabilidades quem decidiu. Acredita que não é momento de
274 flexibilização tempestiva. Essa é a posição dos secretários municipais de saúde.
275 Ressalta que não é atribuição dos secretários de saúde preocuparem-se com a
276 economia ou outras áreas de governo. Quem deve ver isso como um todo não
277 são os secretários de saúde. Pela saúde, respondem os secretários de saúde.
278 Alexandre Lencina, Coordenador da CIB/SES, lembra que existe o COES que
279 estabelece as medidas a serem tomadas pela pandemia. Todas as decisões são
280 tomadas com base na ciência e em critérios epidemiológicos, mas a tomada de
281 decisão final cabe aos chefes do executivo. Esclarece que o encaminhamento
282 do Secretário de Estado da Saúde é com base no compete a autoridade
283 sanitária. Que o que está sob a responsabilidade da governança da saúde, a
284 saúde é responsável. O pior momento foi em março e abril de 2021, mas temos
285 que estar alertas. Não é momento de desmobilização de leitos. Menciona que a
286 SES custeará esses leitos enquanto não forem habilitados pelo MS. Refere que
287 entende a angústia de todos, pois sentem a mesma coisa. Eduardo Macário
288 refere sobre o evento teste para uma população totalmente vacinada, com todos
289 os cuidados sanitários, que ocorrerá no CIC no dia 29 de julho de 2021. Os
290 eventos acima de 500 participantes deverão ser avaliados pela área técnica
291 responsável da saúde. Os eventos abaixo de 500 participantes devem possuir os
292 regramentos estabelecidos.

293

294 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

295 a – Ofício 346/2021 da Câmara de Vereadores de Concórdia, solicitando
296 inclusão como grupo prioritário para a Campanha de Vacinação de pessoas com



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

297 quadro de esquizofrenia e retardo mental severo (encaminhado para a área
298 técnica). Esse ofício foi respondido pela área técnica.

299

300 **INFORMES**

301 **a – PET SCAN no CEPON a partir de julho de 2021(CEPON realizará).**

302 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, informa que a partir de
303 julho iniciarão os exames de PET Scans no CEPON. Serão 08 exames/mês.
304 Possuem PET Scan, os Municípios de Blumenau, Criciúma e Tubarão. Tubarão
305 e CEPON são regulados pela SES. Cita que há uma demanda reprimida em
306 Blumenau. Ramon Tartari cita que é necessária discutir as referências para
307 todos esses pontos. Acélio Casagrande, Secretário Municipal de Criciúma, refere
308 que podem ampliar o número de exames em Criciúma.

309

310 **b – Orçamento AASI (saúde auditiva) em caso de furto e roubo. Como
311 proceder para a reposição.**

312 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, informa que, nos casos
313 de roubo, furto ou perda do aparelho auditivo, é necessário um Boletim de
314 Ocorrência – BO para poder solicitar a reposição.

315

316 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, agradece a todos e encerra a
317 reunião. Alexandre Lencina, Coordenador da CIB/SES, agrade a todos também
318 e, espera que essa pandemia passe para que sejam retomadas outras ações
319 que se apresentam como urgentes..

320

321 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
322 assinada por mim e pelos Coordenadores.

323

324

Florianópolis 20 de julho de 2021.